



Ata nº 068 da Sessão Ordinária nº 068, de
03 de dezembro de 2013, julgada no dia 10 de
dezembro de 2013.

1 Às nove horas do dia três de dezembro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do
3 Conselheiro **CEZAR COLARES**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA**
4 **LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Chefe do Ministério Público
5 junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
6 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno
7 desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas como Conselheiro substituto, nos termos da Portaria nº
8 1587/2013. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*
9 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos*
10 *decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 063/13.
11 Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos.
12 **Processo nº 1440012011-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Prestação de Contas – 2011 de**
13 **Governo; Responsável Nelson Pinheiro da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora -**
14 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
15 **32.532, de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
16 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi
17 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
18 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de
19 Tracuateua, a aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de
20 Nelson Pinheiro da Silva. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro José
21 Carlos Araújo. **Processo nº 1440012011-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Prestação de Contas**
22 **– 2011 de Gestão; Responsável Nelson Pinheiro da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público**
23 **Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no**
24 **DOE nº 32.532, de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
25 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.
26 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
27 decidiu pela aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Tracuateua, exercício de 2011, com a
28 expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-34.902.701,58 (trinta e quatro milhões, novecentos e dois
29 mil, setecentos e um reais e cinquenta e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
30 Carlos Araújo. **Processo nº 0920022005-00; Câmara Municipal de Dom Eliseu; Prestação de Contas –**
31 **2005; Responsável Cláudio da Conceição – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público**
32 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE**
33 **nº 32.532, de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
34 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multa na forma
35 regimental da Corte e com base na Lei Federal nº 10.028/00. A matéria foi colocada **em discussão**. O
36 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Dom*
37 *Eliseu, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Cláudio da Conceição, na forma do artº 102, parágrafo único do*
38 *RITCM, com recolhimento das seguintes multas: R\$-5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), com base no art. 5º, II da LC*
39 *nº 101/00, face a remessa extemporânea dos RGF's; R\$-500,00 (quinhentos reais), com fulcro no artº 120-A, II do RITCM,*
40 *face inobservância ao artº 50, II da LRF*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel
41 Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A



42 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou
43 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara
44 Municipal de Dom Eliseu, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Cláudio da Conceição, na forma do artº
45 102, parágrafo único do RITCM, com recolhimento da multa de R\$-5.700,00 (cinco mil e setecentos reais),
46 com base no art. 5º, II da LC nº 101/00, face a remessa extemporânea dos RGF's; R\$-500,00 (quinhentos
47 reais), com fulcro no artº 120-A, II do RITCM, face inobservância ao artº 50, II da LRF. Ausência, por ocasião
48 de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a
49 Presidência da Sessão. **Processo nº 394122009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Juruti;**
50 **Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável Maria Aparecida Barroso Camarão; Instrução 4ª**
51 **Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José**
52 **Guimarães; Publicado no DOE nº 32.532, de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
53 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi
54 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
55 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação no
56 valor de R\$-3.257.286,78 (três milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e
57 setenta e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
58 **1232032010 – 201110358-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia; Prestação de Contas –**
59 **Gestão - 2010; Responsável Lucivânia da Silva Blandtt – Secretária; Instrução 1ª Controladoria; Ministério**
60 **Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no**
61 **DOE nº 32.532, de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
62 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, sem prejuízo das multas cabíveis,
63 previstas no art. 30, da LC nº 25/94, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
64 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação das contas*
65 *do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2010, com o recolhimento das seguintes*
66 *multas: R\$-85.700,00 (oitenta e cinco mil e setecentos reais), com base no artigo 120-A, II do RI/TCM, face a violação do*
67 *Artigo 2º da Lei federal nº 8.666/93; R\$-3.001,00 (três mil e um reais) ao FUMREAP, com base no Artigo 120-B, IV do*
68 *RITCM, face a remessa extemporânea das documentações quadrimestrais. Cópia dos autos devem ser remetidas ao*
69 *Ministério Público Estadual para as providências cabíveis".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro
70 Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na
71 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência
72 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo
73 Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2010, com o encaminhamento de cópia dos
74 autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento das seguintes multas: R\$-85.700,00 (oitenta
75 e cinco mil e setecentos reais), com base no artigo 120-A, II do RI/TCM, face a violação do Artigo 2º da Lei
76 federal nº 8.666/93; R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com base no Artigo 120-B, IV do RITCM, face a
77 remessa extemporânea das documentações quadrimestrais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
78 exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo
79 **Processo nº 1283992006-00 – 201010927-00; Fundo Municipal de Saúde de Ulianópolis; Recurso**
80 **de Reconsideração a decisão contida no Acórdão nº 19.715 de 04.05.2010 (Prestação de Contas de 2006);**
81 **Responsável Clara Maria Bemerguy -Secretária; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**
82 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.532,**
83 **de 29.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
84 autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso com a reforma da decisão para
85 aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu



seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de reformar a decisão contida no Acórdão nº 19.175, de 04.05.2010, desta feita pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde Ulianópolis, referente ao exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Clara Maria Bermeguy, ora Recorrente, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-4.352.898,99 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos), pelas despesas ordenadas. **Processo nº 201310724-00; PMB/Secretaria Municipal de Saúde – SESMA; Contrato de Locação entre PMB/SESMA e a Empresa F.A.S. Tinoco -Me; Interessado Joaquim Pereira Ramos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201303887-00; Câmara Municipal de Santarém Novo; Diária - Resolução nº 002/13, que fixa diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Procurador Jurídico do Município; Interessado Joel do Carmo Corrêa; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*entendo que a Resolução nº 002/13 pode ser cadastrada, entretanto, deverá o Departamento de Apoio aos Municípios – DAM, deste Tribunal, orientar o Município sobre a espécie normativa adequada, para que no futuro, o mesmo proceda corretamente. Por todo o acima exposto, voto pelo seu cadastramento. Após os trâmites legais, encaminhe-se os autos à 5ª Controladoria, responsável pela análise do Município no biênio 2013/2014*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela negativa de cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com as recomendações constantes no voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 200916347-00 – 200918105-00; Secretaria Municipal de Educação -SEMEC; Contrato nº 198 e 1º Termo Aditivo, celebrado com a Empresa G. S. Serviços de Construção Civil Ltda.; Interessada Therezinha Moraes Gueiros – Secretaria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Convocado Sérgio Franco Dantas.** Retirado de Pauta. **Processo nº 200904352-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC; Contrato Nº 049/2009, celebrado com a ALUCAR Locadora de Veículos Ltda; Interessada Therezinha Moraes Gueiros – Secretaria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas.** Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Cezar Colares; 1) Processo nº 201319732-00; Câmara Municipal de Bagre; Recurso ordinário referente ao Processo nº 110022010-00, do exercício financeiro de 2010. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** O Conselheiro Antônio José pediu a palavra para tratar de três assuntos: "*1º. Apesar do projeto de Regimento Interno ainda precisar de alguns ajustes, reitero a minha disposição para que o mesmo entre em vigor a partir do dia 02 de janeiro; 2º. Festejar a eleição do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Ivan Cunha, para a Diretoria da ATRICON; 3º. Celebrar, também, a participação na Rede Nacional de Informações Nacional da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro Daniel Lavareda, junto com os servidores da Casa Edmilson Rêgo e Socorro Pessoa, desta forma honrando o nome do Tribunal*". Em seguida, o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra para associar-se as palavras do Conselheiro Antônio José e apresentar ao Plenário voto de pesar pelo falecimento do Dr. CLÓVIS MÁCULA, ex Secretário de Estado no




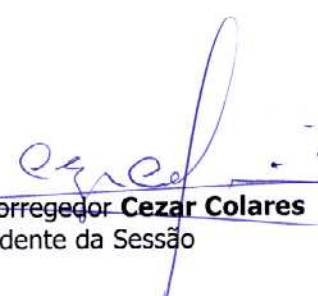
130 Governo do Dr. Aloísio Chaves, ressaltando suas qualidades pessoais e a trajetória profissional desenvolvida no
131 Estado, desde seu ingresso nos quadros do serviço público federal em 1955, e posteriormente alcançando o
132 cargo de superintendente da Receita Federal da 2ª Região Fiscal. Convidado pelo Governo do Estado para
133 assumir o cargo de Secretário de Estado da Fazenda no Governo Aloísio Chaves, no período de 1975 a 1978, e
134 posteriormente no Governo Alacid Nunes, de 1979 a 1982. Pessoa das mais admiráveis que conheceu,
135 brilhante tributarista, amigo da família Chaves, homem seríssimo, de uma honestidade absoluta, de mãos
136 inescrupulosamente limpas, fez um trabalho maravilhoso no Estado reformulando toda a estrutura Tributária
137 do Estado no Governo Aloísio Chaves. Tem trabalho escrito 20 (vinte) anos antes da Lei Kandir sobre a
138 necessidade de se repor para o Estado do Pará os recursos incompensados. Lembrou da alegria que o Dr.
139 Clóvis Mácula o deu ao assessorá-lo junto a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, preocupado em
140 fazer destacar o trabalho daquela Secretaria pela ligação e amizade que tinha com a família Chaves. Em
141 seguida, os Conselheiros presentes e a Procuradora do Ministério Público acompanharam a proposição
142 apresentada pelo Conselheiro Aloísio Chaves. A Presidência, **à unanimidade**, determinou a imediata
143 comunicação da aprovação do voto de profundo pesar, registrado em Ata, à família enlutada. Após, a
144 Conselheira Mara Lúcia agradeceu as palavras do Conselheiro Antônio José, parabenizou a eleição do
145 Conselheiro Cezar Colares e apresentou ao Plenário voto de pesar pelo falecimento da genitora do Conselheiro
146 Antônio José, Sra. ALDA GUIMARÃES, no que foi acompanhada pelos demais Conselheiros, bem como pela
147 Procuradora do Ministério Público. A Presidência, **à unanimidade**, determinou a imediata comunicação da
148 aprovação do voto de profundo pesar, registrado em Ata, à família enlutada. **ENCERRADA** a presente Sessão,
149 às doze horas da qual foi lavrada a presente Ata.

150 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dez de dezembro de dois mil e
151 treze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão